

As implicações identitárias e no agir dos sujeitos decorrentes da mudança espacial do seu locus de trabalho: a transferência dos camelôs das ruas de Belo Horizonte/MG para "Shoppings Populares"

Magalhaes de Oliveira Bruno Fernandes

Palavras-chave: camelôs; lugar; não-lugar; identidade

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos as calçadas das ruas da região central de Belo Horizonte/MG foram ocupadas por barracas de trabalhadores informais - ou camelôs, assim popularmente conhecidos - vendendo os mais variados produtos, dentre eles, roupas, frutas, cigarros e pequenos eletrônicos. Em 14 de julho de 2003, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), por meio da promulgação da lei 8616, denominada Código de Posturas, estipulou que não mais haveria este tipo de comércio nas ruas do centro da capital e aos poucos foi transferindo esses trabalhadores para o interior de edificações sem uso localizadas na periferia do próprio centro da cidade, transformando-as em estabelecimentos comerciais, a partir de então denominados "Shoppings Populares". O Código de Posturas vincula-se a um programa maior da Prefeitura visando a requalificação econômica, simbólica e urbanística da área central da cidade, intitulado Centro Vivo. Neste programa os camelôs foram considerados como um dos elementos de desqualificação, uma vez que uma das medidas do programa foi a retirada deles das ruas.

Particularmente, este trabalho tomará para estudo um desses estabelecimentos comerciais, o "Shopping Popular Caetés", doravante SPC. Esse shopping popular foi montado em duas etapas; uma parte inaugurada em fins de 2004 e outra um ano depois. Assim como os demais shoppings dessa natureza, o SPC possui vários corredores estreitos, ladeados por boxes de 2x2m cada. No começo, o shopping abrigava 155 trabalhadores; cerca de um ano depois foi expandido, abrigando mais 295. Entretanto, devido a não conseguirem arcar com os custos (taxa de aluguel e condomínio) ou por não se adaptarem ao trabalho no shopping popular, atualmente o número de boxes ocupados por (ex) camelôs não chega a cem. Destes, alguns foram ocupados recentemente, remanejados de outro shopping popular fechado pela PBH. Ainda, vale ressaltar que, desde o início dos shoppings populares, comerciantes que nunca trabalharam nas ruas da cidade puderam também alugar boxes.

Uma vez que se nota os conteúdos dos dois espaços (rua e shopping) como diversos um do outro, pretende-se discutir aqui de que maneira a mudança do local de trabalhar repercutiu no trabalho cotidiano desses sujeitos, em suas identidades e em suas percepções espaciais. Tal suposição, a de que uma mudança espacial possui implicações para os sujeitos que a sofrem, baseia-se no entendimento de que o espaço não é mero continente das ações humanas, mas elemento constituinte da realidade social. Inclusive, Santos (1996) observa a necessidade de se tratar objetos e ações de modo uno, porque "são as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos 'valorizam' diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico". No caso ora estudado, o trabalho nas ruas pode ser entendido como a ação dos camelôs sobre o "conteúdo técnico" inserido na área central da cidade, aproveitando-se dele por meio de ações ali "valorizadas" (comércio); enquanto o shopping popular representa a destituição pelo poder público

dessa apropriação ao mesmo tempo em que impõe, através de normatizações, um "conteúdo técnico" de gestão ao trabalho dessas pessoas.

Outra questão: é possível supor que os longos anos de trabalho nas ruas fizeram destas um lugar para estes sujeitos, no sentido de Augé (1994, p. 73), definido como sendo identitário, relacional e histórico para os que dele fazem uso. A retirada das ruas, que a maioria dos camelôs, à época, foi contra, e alocação nos "shoppings populares", os colocou em um não-lugar, também no sentido deste mesmo autor, por este novo ambiente não possuir um sentido identitário, relacional e histórico para os referidos sujeitos. Porém, os ex-camelôs já estão no SPC há cerca de quatro anos, de modo que, possivelmente, eles tenham buscado formas de transformarem o considerado não-lugar em um lugar.

Acredita-se que este trabalho possa de alguma maneira contribuir, como sugere Carlos (2007, p.14), para iluminar as práticas sócio-espaciais que se realizam na cidade e, dessa maneira, apontar possibilidades em prol de uma vida cotidiana na cidade cujos atores sejam os próprios cidadãos. Nesse sentido, a autora argumenta que tal perspectiva ajuda a eludir a redução do sentido único de cidade como aquele "de condição da reprodução do capital ou da dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana".

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste artigo pretende-se entrecruzar, a partir de dados empíricos, a categoria espaço com as noções de identidade e percepção espacial. Portanto, far-se-á nesse tópico a análise dos temas propostos - em certos aspectos - para em seguida se buscar uma síntese possível.

Trindade JR (2001), admitindo as contribuições teóricas sobre a produção social do espaço advindas do pensamento de Henri Lefebvre, afirma que estas nos fazem considerar o espaço como produto, condição e meio do processo de reprodução geral da sociedade. Contudo, o autor chama a atenção para o fato de muitos estudos enfocarem apenas uma dessas concepções de espaço - como produto - relegando as concepções de condição e meio para segundo plano. Preencher tal lacuna importa na medida em que essas concepções de espaço, apesar de menosprezadas pelos estudiosos, permitem à análise sócio-espacial acessar a vida cotidiana dos sujeitos dos lugares; pois, "o homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade" (CARLOS, 2007).

A partir dessas considerações, podemos precisar a noção de espaço a partir do seu entendimento enquanto força influente, material e não material (ideológica), na produção e reprodução das relações sociais (SOJA, 1983), a escala do lugar; mas sem se esquecer que "articulado e determinado pela totalidade espacial" (CARLOS, 2007). Ou seja, o espaço, assim entendido, pode ser tomado como elemento constitutivo da vida social, de modo que a partir dele pode-se compreender a (re)produção das relações sociais, representando assim uma categoria de análise transversal às demais categorias das ciências humanas.

Amorim Filho (1987, p. 13) aponta que as pessoas se comportam no mundo real com base em imagens subjetivas dele. Acrescenta-se que essas imagens subjetivas do mundo real baseiam-se, por sua vez, em condições objetivas compartilhadas pelas pessoas, cada qual interpretando-as subjetivamente. Kozel (2002, p. 221) trata este ponto afirmando que "as representações espaciais advêm de um vivido que se internaliza nos indivíduos, em seu mundo, influenciando seu modo de agir, sua linguagem, tanto no aspecto racional como no imaginário". A autora ainda coloca que tais representações "constituem-se em criações individuais ou sociais de

esquemas mentais estabelecidas a partir da realidade espacial inerente a uma situação ideológica" (KOZEL, 2002, p. 216).

Em suma: o espaço concebido como meio e condição do processo de reprodução geral da sociedade, que abre à análise a via de acesso ao espaço-tempo determinado onde se desdobra a vida, exerce influência, material e ideológica, na produção e reprodução das relações sociais. Nessa relação, espaço e homem se produzem reciprocamente; daí que o espaço é fruto histórico e social, materialização de trabalho acumulado (CARLOS, 2007, p. 20). Da parte do homem, a partir de suas experiências cotidianas, este cria representações espaciais expressas em suas percepções e ações sobre o espaço. Tais representações constituem-se socialmente e, portanto, possuem um caráter ideológico inerente; mesmo que subjetivas, baseiam-se nas condições objetivas da realidade vivida. Por sua vez, a identidade "se realiza praticamente nos lugares de apropriação pela relação com o outro" (CARLOS, 2007, p. 13). Acrescenta-se que o lugar, para ser apropriado, depende do seu uso efetivo e das relações que nele se desenvolvem. Então, pode-se desdobrar da afirmação acima que a identidade se realiza, na prática, pela relação também com o lugar.

A partir da relação com o outro e com o lugar, procurar-se-á trabalhar com o conceito de identidade coletiva, isto é, aquela que um grupo de pessoas possui como identificação social em sua relação com outros grupos (CARDOSO de OLIVEIRA, 1976, p. 36) e outros lugares. Porém, entende-se também que a história individual do sujeito tomado separadamente influi na relação pessoal que cada um desenvolve com essa identidade coletiva, corroborando ou entrando em conflito com ela e, dessa forma, (re)configurando-a constantemente.

Pela concepção sociológica, a identidade constitui-se por um processo de interação em múltiplas realidades, apreendidas num contínuo de tipificações e significações compartilhadas. Dessa maneira, as identidades sociais formam-se pela prática e posicionamento mútuo entre os sujeitos. Ainda, normas, obrigações e sanções, ao estabelecerem papéis a serem assumidos, também concorrem para a formação da identidade. Assim, a identidade social vai além de uma concepção individual de si mesmo, posto que depende do reconhecimento e legitimação dos outros que compõem a realidade social do sujeito (BERGER; LUCKMAN, 1985). Por essa perspectiva, a identidade é um conceito relacional, constituindo-se, na prática, pela relação com o outro em um lugar (CARLOS, 2007) e também com um lugar.

Para esclarecer, estamos chamando de "lugar" o centro de Belo Horizonte e o shopping popular - que a análise pretende verificar se na verdade seria um não-lugar.

METODOLOGIA

Para se atingir os objetivos do trabalho, procurou-se primeiramente levantar informações que permitissem contextualizar as condições em que se deu a transferência dos camelôs para os "shoppings populares". Em seguida, realizou-se entrevistas semi-estruturadas, gravadas em áudio, com os sujeitos da pesquisa em seu local de trabalho. No total, foram doze entrevistas, denominadas de En_01, En_02... até En_12, além de dois amigos de entrevistados que por ventura participaram da entrevista. A entrevista semi-estruturada caracteriza-se por certa liberdade do entrevistador em construir o diálogo com o entrevistado no momento da entrevista, mas sempre tendo em vista um roteiro de apoio. Este, por sua vez, constitui-se de uma série de perguntas previamente construídas para que a entrevista alcance as informações desejadas. O passo seguinte foi a transcrição dos áudios. Os depoimentos foram tratados através da técnica

de Análise do Discurso (AD), que, como ramo lingüístico, admite ser a linguagem uma "instituição social, o veículo das ideologias, o instrumento de mediação entre os homens e a natureza, os homens e os outros homens" (FIORIN, 2007).

Basicamente, segundo Fiorin (2007), a AD parte do pressuposto de que todo discurso é estruturado - não é um amontoado de frases desordenadas - o que permite a identificação de uma sintaxe e uma semântica do discurso. A sintaxe diz respeito ao processo de estruturação do discurso - escolha e ordem das palavras, dentre outros procedimentos - no qual o "falante lança mão de estratégias argumentativas (...) para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor" (FIORIN, 2007). Tais estratégias são organizadas pelo emissor da mensagem em função de um complexo jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor e a que ele pensa que este faz dele, a imagem que ele pretende transmitir ao interlocutor, etc. Já a semântica discursiva refere-se aos conteúdos, aos "valores" que são investidos nos moldes sintáticos abstratos. Estes conteúdos são determinados inconscientemente, "pois o conjunto de elementos semânticos habitualmente usado nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social" (FIORIN, 2007). Por meio da AD buscou-se desvendar as visões de mundo dos atores sociais envolvidos no caso em estudo, de modo a revelar suas percepções espaciais e identidades.

Ainda, foi utilizado um caderno de campo, para registro de dados relevantes não obtidos nas entrevistas. Por fim, objetivando embasar a argumentação, buscou-se construir uma fundamentação teórica que estabelecesse relações entre os temas pesquisados.

O TRABALHO NAS RUAS

De início, tentar-se-á delinear um perfil genérico desses trabalhadores informais a partir de seus próprios depoimentos, de modo a captar traços identitários do grupo. Até porque, nessas e em outras falas mais adiante, mesmo ao se referirem a si mesmos individualmente, utilizam o pronome coletivo "gente". Pelo uso desse pronome percebe-se a construção de uma personagem coletiva com a qual, a partir de sua história individual, o sujeito relaciona-se e/ou se opõe a outros grupos. Algumas passagens são suficientes para ilustrar:

(...) a independência da gente, porque a gente não acostumou... com o salário baixo do empregado e as imposição, né? [En_01]

(...) a gente trabalhar na rua, trabalhar... aquele negócio de trabalhar por conta, não ter ninguém pra dar ordem. [En_02]

É a profissão da gente, que a gente não tem outra, ou não tinha outra, né? [En_08]

(...) meu pai na época estava desempregado, então minha mãe não tinha estudo, foi a única opção da gente. Ou eu trabalhava aqui ou ia ser doméstica. Porque muitas vezes, o serviço doméstico, na época (...), havia muita exploração, então eu preferia viver assim, pelo menos não tem ninguém pra ficar te contrariando, te chateando. [En_09]

De um modo geral, a partir dos relatos e de outras informações anotadas em caderno de campo, pode-se caracterizar estes trabalhadores informais como pessoas de baixo grau de escolaridade e provenientes das classes pobres da população. Assim, encontraram nesse trabalho um meio de garantir sua sobrevivência, uma vez que o mercado formal de trabalho

apresenta obstáculos a pessoas com tal perfil ou as destina a funções de baixíssima remuneração. Ainda, muitos são os que apontam esse trabalho como uma forma de "independência", pelo fato de assim não haver necessidade de se submeterem à hierarquia comumente imposta em organizações formais, nas quais ocupariam cargos da base.

Alguns outros fatores também contribuíram para conformar uma identidade coletiva, dentre eles, a proximidade física entre as barracas, a cumplicidade que mantinham uns com os outros, no sentido de que compartilhavam de uma prática em comum, e a certa dependência que mantinham entre si. Vale observar que o cenário comercial favorável, proporcionado pelo intenso trânsito de pedestres, contribuía para tal sociabilidade.

Todos os companheiros meu de trabalho, a gente se punha como uma família. Quando um necessitava do outro, estava sempre ali um ao outro, que é pra poder socorrer. [En_01]

Pedia alguém pra olhar da loja vizinha, da barraca vizinha aí a gente ia [ao banheiro, por exemplo]. [En_04]

A gente procura o melhor pra estar ali pro outro, sempre assim uma... uma ligação companheira, de companheirismo. [En_08]

Você pode até não gostar muito da outra pessoa, mas você tenta viver bem com a pessoa porque todo mundo precisa de todo mundo. (...) um ajudava o outro principalmente quando havia fiscalização. [En_09]

Como se observa nas falas acima, os camelôs agiam em conjunto para que cada um pudesse realizar seu trabalho individualmente. Inclusive, há relatos indicando a união em outros aspectos, por exemplo, segurança contra ladrões e fiscais, caso expresso por En_09.

A relação entre o que a área central da cidade representa e a forma como os camelôs ali se instalaram também nos ajuda a compreender um traço identitário desses trabalhadores. O centro de Belo Horizonte, planejado para ser espaço estratégico de gestão econômica e política, concentra infra-estrutura, comércio e serviços. Por conta disso, a esse espaço atribui-se alta carga simbólica, enquanto área valorizada, o que o torna ponto de atração dos mais diversos atores urbanos. Contudo, enquanto mercadoria, a posse de uma parcela para fins de exploração financeira se dá via mercado. A par dessas considerações podemos entender melhor a citação de Santos (1996), em passagem anterior desse texto, sobre objetos e ações: esses trabalhadores perceberam o "conteúdo técnico", isto é, a concentração de infra-estrutura, comércio e serviços, e as ações - econômicas - ali valorizadas; não tendo como realizar seu uso comercial pela compra do espaço, se apropriaram dele contra as regulamentações do Estado a fim de garantirem, como aludido por Carlos (2007), sua reprodução na sociedade por meio da apropriação de um espaço-tempo determinado, isto é, o centro da cidade.

Observa-se, então, uma relação com o lugar conformando a identidade. Vários falam do seu trabalho, e mesmo de sua vida, como uma "luta". A primeira fala, de En_01, um trabalhador que ficou cerca de 40 anos trabalhando nas ruas, é emblemática da discussão sobre a relação desses trabalhadores com o centro. Percebe-se que ele utiliza uma oposição do tipo nós/eles, pela qual se observa a identidade coletiva relacionando-se com outro grupo, no caso, a PBH. En_10, também um antigo trabalhador, percebe igualmente que o trabalho nas ruas do centro representava uma conquista para eles. Pela utilização do vocábulo "rapadura", um doce de

cana-de-açúcar, referindo-se ao trabalho na rua, esse trabalhador compreende as vantagens das quais tirava proveito nesse espaço, em contraposição ao trabalho no shopping popular que, então, é "amargo".

Ser camelô é aquele que quando chega topa qualquer circunstância pra trabalhar (...). Então o camelô é isso, é trabalhar contra a vontade deles. [En_01]

(...) a gente estava perdendo uma... uma batalha, uma conquista (...). Aí nós perdemos essa rapadura aí pra vim pagar aluguel em shopping. [En_10]

Se não tiver luta, luta dia a dia, correr atrás, não consegue nada. (...) a vida não tem sentido se você não tiver luta, correr atrás, fazer tudo por fora. [En_05]

O trabalho nas ruas significava para esses camelôs, principalmente, liberdade pelo fato de trabalharem por conta própria e, com isso, um meio de sustentarem a si mesmos e suas famílias. Assim, entende-se que a representação do centro percebida por esses trabalhadores liga-se à idéia de um lugar capaz de garantir a sobrevivência, visto assinalarem como vantagem do trabalho nesse local a obtenção de uma renda mais condizente com suas necessidades gerais de vida.

Quanto ao "conteúdo técnico" do centro, seu aproveitamento por parte dos camelôs - ou as ações sobre esse conteúdo - pode ser percebido pela forma como trabalhavam e os meios que arranjavam para efetivarem, diariamente, seu trabalho. As falas abaixo dão uma idéia de como isso ocorria:

O freguês chegava e achava a mercadoria e levava. Não precisava nem estar muito exposto. [En_10]

Guardava [a barraca] lá no depósito, debaixo do viaduto. [En_06]

Só de estar lá na rua, já chamava a atenção [do cliente]. (...) Já passava e comprava. Às vezes, nem tava na idéia de comprar, mas via a mercadoria que estava precisando, aí acabava comprando. [En_04]

Final de ano até banho a gente tomava em hotel e tudo era na rua mesmo. [En_07]

Eu não gritava não, os fregueses que apareciam na minha barraca. [En_12]

Eu trabalhava aqui em frente, tem a Junta Comercial do lado de lá, aí ficava muito carro de policia aqui na área, então, nunca tive problema com roubo na rua. [En_02]

Na rua era assim: se você colocasse isso aqui ó [mostrando uma mercadoria escolhida aleatoriamente], você podia contar que isso aqui você vendia. [En_11]

Como a produção dos lugares ocorre diferencialmente, os camelôs, moradores das periferias da cidade e componentes da periferia social, perceberam algumas das ditas "vantagens competitivas" oferecidas pelo centro da cidade, que são inclusive disputadas por diversos setores capitalistas, e as quais eles não teriam acesso se não fosse "na tora" - para usar uma expressão comum entre eles que significa aquilo que é feito forçadamente, sem autorização oficial. Como resultado, em 1984 foi sancionada a primeira lei municipal regulamentando a atividade dos

camelôs nas ruas. Contudo, o fato de aproveitarem das condições favoráveis oferecidas pelo centro, inclusive utilizando o espaço público, não significa que se consideravam em posição privilegiada, exercendo uma atividade leve, sem muito esforço. Até porque, segundo relatam, efetivamente trabalhavam bastante.

Banheiro, infelizmente, a gente contava com os lojistas, alguns deixavam a gente entrar, outros não deixava, mas é a rotina de quem trabalha na rua. [En_02]

Eu estou na terceira idade, eu não consigo mais sair na rua pra trabalhar. [En_03]

[Na rua] trabalha mais, você precisa guardar, repor mercadoria no... na barraca de novo. [En_04]

Quando apertava muito, fim de ano, trabalhávamos nós dois juntos [En_05 e o marido], às vezes eu trabalhava com as meninas na rua, às vezes elas dormiam na caixa de papelão, sabe, então foi tudo isso. [En_05]

Sete da manhã e largava até oito da noite, até a hora que a gente podia ficar na rua. Natal, dia das mães, dia dos pais a gente trabalhava à noite toda às vezes. [En_07]

Nunca deixou de acontecer alguma coisinha aí de furtos... a gente trabalhar na rua, a gente sofria muito, sempre foi assim mesmo. [En_08]

[O shopping] é melhor que num molha a mercadoria da gente e a gente num fica guardando negócio em depósito. [En_12]

Como se observa, essas pessoas entendem que seu trabalho nas ruas exigia esforço, sacrifício, vigor, disposição e até mesmo sofrimento. Além do mais, ficavam expostos às intempéries, condição expressa por En_12 e verificada na fala de quase todos os entrevistados quando perguntados sobre as desvantagens de se trabalhar nas ruas. Essas condições de trabalho na rua apresentam-se como mais um fator de conformação da identidade do grupo, isto é, eles se identificam como "trabalhadores", no sentido de quem despende energia para garantir seu sustento. A esse sentido soma-se o atributo da honestidade, que fica evidente quando eles invocam discursos presentes na sociedade que vai de encontro a essa concepção que têm de si mesmos.

Eu sempre vejo todo ladrão falar que é camelô, mas nunca vi um camelô falar que é ladrão. Eu sempre disse isso, porque você pega o marginal lá, ele fala que é camelô, mas não olha que o camelô é o que está trabalhando lá não, quem está roubando não é camelô, é ladrão. [En_01]

A impressão que as pessoas têm é a de que quem é camelô tem muito lucro, ganha muito dinheiro com isso e a verdade é que não é bem assim. O camelô por ele estar ali, não porque ele não paga, não tem despesas, não é porque as coisas que a gente trabalha não é legalizada, a gente não tem que pagar uma taxa por estar trabalhando com aquele material... é difícil pra gente também estar ali na rua, então muitas vezes pra se manter vivo, a gente acaba não tendo lucro quase nenhum. [En_09]

Eles confundem o camelô... é igual o ser humano, nós todos somos assim, tem gente que é da sociedade que não presta, tem gente que é pobre que

rouba também que não presta, mas tem gente que é bom. Então é a mesma coisa fazer confusão com os camelôs. Eles acha que camelô não presta, que camelô é ladrão. Nós somos gente que trabalha igual qualquer um. Eu, meu marido, minha família somos como qualquer uma pessoa que trabalha honestamente pra viver. [En_11]

De um modo geral, observou-se que esses trabalhadores, com certa história de vida em comum, mantendo determinada relação em um lugar e com ele, constituíram uma identidade coletiva representada na figura do "camelô". A relação no lugar (centro da cidade) pautava-se por certa cumplicidade e dependência que mantinham entre si. Já a relação com o lugar representava-se pelo trabalho pesado, mas compensador, e pela percepção das vantagens contidas no centro da cidade e a sua conquista pela luta. Assim, camelô é aquele que, ou por falta de oportunidade no mercado formal e/ou em busca de melhores recompensas que as oferecidas por este setor, conquistou, através da luta, a oportunidade de trabalhar num espaço comercialmente privilegiado da cidade. Por isso, as ruas representam para esses trabalhadores o direito de acesso a um meio de garantirem a sobrevivência de si mesmos e suas famílias.

Sendo assim, a retirada desse lugar, em si mesma, já seria motivo de se sentirem perdendo algo, e o foi ainda mais quando o novo espaço a que foram destinados acarretou em perda efetiva de condições de sobrevivência.

A RETIRADA DAS RUAS

Segundo a PBH, a retirada dos camelôs do centro de Belo Horizonte é uma das iniciativas referentes ao Programa Centro Vivo. Em edição do Diário Oficial do Município (DOM)_ aparece a definição desse programa.

(...) um conjunto de obras e projetos sociais que visam à recuperação de toda a área central da cidade. A iniciativa pretende criar condições para reforçar o papel do Centro de Belo Horizonte como região simbólica da cidade e do estado, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-a como local de encontro de todos.

Nessa mesma edição do DOM e em outra anterior_, referente à promulgação do Código de Posturas, respectivamente encontram-se as seguintes falas atribuídas ao prefeito da época da retirada dos camelôs das ruas, Fernando Pimentel:

Eu espero que o Centro Vivo seja a materialização da cidade que cada um de nós, belo-horizontinos, sonhamos.

Nós estamos aqui celebrando a promulgação de uma lei que é um verdadeiro estatuto da vida urbana, que é a regulação da convivência no espaço de Belo Horizonte.

Ora, entendemos que o próprio camelô é fruto da vida urbana sob a ordem capitalista. Nas palavras de En_09: "a situação que a gente vive é que nos leva a viver nessa situação". No entanto, se uma das medidas do Programa Centro Vivo foi a retirada dos camelôs das ruas do centro, então, pode-se entender que eles foram considerados um dos elementos que deveriam ser extirpados visando à recuperação do centro para que fosse reforçado seu papel "como região simbólica da cidade e do estado". Será que essa foi a materialização de cidade que os camelôs belo-horizontinos sonharam?

Desde já, vale frisar que houve casos de o trabalhador opinar negativamente em relação às suas atividades nas ruas do centro. É sempre interessante recorrer às suas próprias falas:

Não achava bonito na rua, ficava uma aparência bem feia, a cidade ficou bem melhor. [En_09]

A gente tem que olhar como um todo, nós não podemos olhar só pro nosso umbigo, que a cidade melhorou cem por cento não tem nem sombra de dúvida. [ex-camelô]_

Mas melhorou muito através dessa mudança, eles [comerciantes formais] agora não reclamam muito e sempre dá um pouco de apoio também a respeito dos shoppings. [En_08]

Pode-se questionar, no entanto: até que ponto as opiniões acima não são a assunção do discurso dominante que afirma à exaustão a melhora da cidade após a retirada dos camelôs? Pois, como coloca Fiorin (2007, p. 31), a formação discursiva - conjunto de temas e figuras que materializa linguisticamente dada ideologia - dominante na sociedade é a da classe dominante, que as demais classes tendem a incorporar. Nesse caso, o tema da melhora da cidade após a retirada dos camelôs é uma formação discursiva veiculada tanto pela propaganda oficial quanto por pelo menos um grande jornal, vide Carrieri et al (2008).

A retirada desses trabalhadores das ruas foi planejada pela prefeitura. Primeiro, os camelôs não foram todos retirados de uma vez. A operação se realizou em etapas, o que pode ser um dos fatores de desmobilização ou falta de mobilização - o certo é que houve pouca resistência - desses trabalhadores enquanto grupo. Outro fator refere-se a liderança: segundo relatos, foi a prefeitura quem a escolheu, cooptando-a.

A fim de se fazer algumas considerações a respeito da transferência das ruas para o shopping popular utilizaremos uma fala que consideramos síntese das opiniões:

Realmente a gente preocupou muito porque era o trabalho da gente ali, permanente ali que a gente nem preocupava com o dia a dia, o pão da gente levar pra casa, então isso aí teve uma mudança muito grande na gente à respeito dessa mudança, que aí a gente passou a preocupar mesmo porque você num ia pensar o que ia ser do pessoal, que se ia dar de bem, que ia se dar de mal, então, mas a gente foi obrigado a enfrentar essa situação. [En_08]

Só houve um entrevistado que não reclamou da mudança para o SPC, declarando ser uma pessoa que não é contra nada, pois se adapta a qualquer circunstância. Em geral, os camelôs consideraram a transferência negativa. Alguns até tiveram uma esperança inicial de que teriam melhores condições de trabalho, mas hoje sentem-se decepcionados com o resultado. Até porque, alguns deles nos relataram que a prefeitura deu a entender que o box seria de propriedade deles, com o custo apenas do condomínio. Na verdade, eles não têm propriedade sobre o box e, apesar disso ocorrer em certos casos, em tese não podem transferir o ponto para outra pessoa. Há ainda reclamações relativas ao aumento das despesas fixas e à queda das vendas, ambas em relação ao trabalho nas ruas (como despesa na rua, os camelôs pagavam o depósito para guardar mercadoria e uma taxa anual referente à licença da barraca). Eles alegam também que falta investimento na estrutura do shopping popular, em publicidade e meios de

manter os boxes ocupados - muitos estão fechados, cabendo à prefeitura destiná-los a outras pessoas, o que não ocorre.

Assim, as principais objeções desses trabalhadores a respeito do SPC referem-se à estrutura inadequada ao comércio apresentada pelo estabelecimento, à cobrança de taxas desproporcionais aos ganhos e à pequena presença de consumidores no local.

O TRABALHO NO SHOPPING POPULAR CAETÉS

Em primeiro lugar, lembramos que este estudo foi desenvolvido apenas com os camelôs ainda instalados no SPC, isto é, só aqueles que por algum motivo resistiram nesses três/quatro anos às condições oferecidas pelo novo local de trabalho em que foram forçosamente colocados. A grande maioria dos trabalhadores destinada pela prefeitura para se instalar no SPC já foi despejada (por inadimplência) ou abandonou o local de trabalho.

Já nos primeiros momentos dentro do shopping popular, os camelôs enfrentaram problemas. As falas deles próprios mostram melhor:

Meu box era no quarto andar, aí depois que eu perdi o box por falta de pagamento, num tinha movimento, o shopping quebrou. Aí por muito brigar na prefeitura eles me deram esse pra mim trabalhar. [En_02]

Nem aqui era [o box], era na parte de cima. Porque na época que meu pai foi sorteado, ele não quis, aí eu peguei mais ele, a gente juntou porque tinha ganhado a loja lá em cima, juntou e comprou uma aqui embaixo. Aí como não podia vender deu problema com a dona, aí a mulher perdeu a loja e eu tive que mudar de loja depois, uma confusão atrás da outra. [En_07]

Ele [referindo-se a um amigo de trabalho] teve de abandonar o posto dele de trabalho porque num teve, num teve sobrevivência pra ele. [En_10]

Não só eu como várias outras pessoas não foram enviadas pra um local que tinha meios de comunicação nenhuma, nem passar ninguém passava. Fizemos um investimento, gastamos, pagamos aluguel e por fim fomos obrigados a abandonar porque não dava condição de sobrevivência. E isso aconteceu com vários, aconteceu com algumas pessoas assim... como poderia dizer? Confiavam muito no seu dia a dia e tal, muitos, alguns chegaram até morrer devido às condições em que foram colocados de um momento pra outro. [ex-camelô]_

Eles me deu o ponto mais lá em cima. Foi desativado e eles não quis me dar outro ponto. Mas eu quero meu ponto porque eles desativou lá em cima, lá em cima não vende nada, acabou lá em cima. [En_11]

Eles fizeram tudo pra tomar ele de mim. Tava fechado não, depois que eu saí que a Fátima falou que nós tinha que mexer com os papel aí eu peguei e saí, aí elas conseguiram tomar ele de mim. [En_12]

Achamos válido colocar esses relatos, pois eles dão uma idéia de o porquê de atualmente ter pouquíssimos trabalhadores em relação ao que originalmente tinha na abertura do shopping popular. A quantidade de (ex)camelôs só não é menor porque, recentemente, a prefeitura requereu o prédio de outro shopping popular - o Tocantins - e transferiu grande parte - cerca de trinta e cinco - dos camelôs que lá estavam para o SPC. Mais uma vez uma decisão arbitrária causou problemas: alguns destes que vieram do Tocantins desistiram de trabalhar no shopping popular (há um relato que aponta morte por depressão de um trabalhador, tamanha foi a

decepção) e os que permaneceram não estão satisfeitos, pois acham o outro shopping popular melhor que este.

Abaixo, algumas falas demonstram a percepção sobre a estrutura do shopping popular. Especialmente, vale notar que En_04, ao apontar aspectos físicos do SPC, está depreciando a imagem deste em comparação a imagem que ele atribui a um shopping propriamente dito.

Você vê que não tem nada a ver com um shopping, olha o chão desse shopping, olha a... como se diz, a entrada desse shopping, não tem nada a ver com um shopping. [En_04]

Esse aqui é um labirinto. Esse shopping aqui, infelizmente... não tem como! [En_02]

(...) as pessoas não freqüentam o shopping. Também, a cara do shopping ajuda, que a aparência é bem feia, aparência de mal cuidada. (...) Se desse pra enriquecer ou que dá muito lucro a gente mesmo... nós mesmo já tinha até mudado a aparência desse lugar. [En_09]

Se um dos motivos de escolha para trabalhar como camelô foi a liberdade que teriam para exercerem suas atividades, o shopping popular representa exatamente o inverso:

Aqui eles obrigam a gente a ficar os feriados e domingos sem trabalhar. [En_01]

Aqui dentro do shopping tem horário, tem limite, tem tudo, né? Só falta eles programar a gente os horários de ir no banheiro. [En_02]

Eles brigam com a gente só da gente colocar uma vitrine assim pra fora um pouquinho, eles brigam com a gente. [En_07]

É um jeito de chamar o cliente [mercadorias expostas fora do box], mas só que tem que daqui uns dia eu não vou poder por isso na porta mais porque eu acho que eles vão proibir. Por enquanto não falou nada ainda não, mas as porta dos outros meninos tudo falou, só a minha que não. [En_12]

Ainda, há aqueles que percebem o shopping popular, cada um por seu motivo, como muito apertado, com delimitações físicas desfavoráveis.

[Na rua] tinha mais campo, tinha mais espaço pra trabalhar, enquanto aqui o espaço é medido, muito pequeno. [En_01]

A gente trabalha dentro de um lugar que pode fechar, fica bem mais fácil de tomar a mercadoria da gente, entendeu? Antes na rua não, ainda tinha uma escapatória, agora aqui é encurralado. (...) a gente sente como um rato num labirinto, sente a gaiola como o labirinto da gente, não tem para onde correr, todos os lugares que corre sente encurralado. [En_09]

Esse espacinho aqui, como a mercadoria era muita não coube. Aí o vizinho aqui, ele não quis, eu paguei seis mil pra ele. Então, eu tenho dois aluguel e dois condomínio dentro de uma loja [dois boxes unidos], que aqui nesse espacinho tem uma loja só, que não dá nem uma. (...) porque a minha mercadoria era muita então não tinha nem espaço de atender o cliente. [En_11]

Contudo, a mudança mais marcante no trabalho dos camelôs diz respeito ao controle de vendas exigido no shopping popular. Não que isso seja um problema em si, mas, com as vendas incertas, eles vivem uma tensão no trabalho por conta da dúvida se terão ou não dinheiro para pagar a despesa fixa que têm no fim do mês.

Se a gente bobiá a gente num tira esse dinheiro dentro do mês. [En_02]

São 225 reais que você paga, e aí? Como é que faz? E se você num vender? Você já chega aqui gastando. Você gasta passagem, você gasta alimentação. Você abre a porta aqui o que? Pagando quase oito reais. [En_03]

A desvantagem é que você não vende, vende muito pouco, mal pra se manter. Assim: passagem, comida e pagar condomínio, aluguel. [En_04]

Se ficar três quatro meses sem pagar a loja eles [a PBH] toma ela [a loja/box] de você. [En_07]

Tem que estar bem atento, o dia a dia, pagar aluguel, é uma responsabilidade que a gente está aí constantemente preocupado também. É uma luta constante que a gente tem. [En_08]

Eu pelo menos e a maioria tem as suas anotações pra poder ter uma base de quanto está tirando no mês também, se está realmente compensando continuar aqui, pagando esse aluguel, se está dando pra poder estar repondo, porque a gente tem uma despesa. [En_09]

Nós temos um aluguel, que vence todo dia dez, e tem também o condomínio, vence todo dia trinta. Então a gente tem que arcar com essa despesa aí queira ou não queira. Tem que pagar. [En_10]

Em contrapartida, alguns trabalhadores tiveram que buscar alternativas para arcar com estes custos. Além daqueles que tiveram de abrir mão da mercadoria com a qual trabalhavam na rua, por entenderem que no shopping popular aquela mercadoria não se adequaria.

Logo quando a gente veio pra aqui pra dentro do shopping eu trabalhava a noite num restaurante e o dia eu trabalhava aqui dentro. [En_02]

Pelo que eles me contam, eles conseguem alguma coisa porque eles viajam pro interior nos final de semana, trabalha na feira. Eu acho que faz daqui como se fosse um depósito, na minha opinião, porque freguês não entra aqui. [En_03]

Tem que fazer isso, fazer esses bolsos, ir lá, lutar, perder noite de sono, perder dias, a gente vai pro interior, vai lutar nos jubileus. [En_10]

Nesse shopping aqui, pra garantir o aluguel pagando em dia, de vez em quando a gente tem que trabalhar fora em festa de interior. [En_11]

Quando o Geraldo vai pagar meu aluguel ele não cobra meu condomínio. Aí todo lugar que eu vou o Elton manda eles cobrarem mais barato de mim porque eu ajudo demais o shopping. Aí num tem jeito de ficar me cobrando porque já faço propaganda, ajudo. [En_12, referindo-se ao serviço sem remuneração prestado por ela relativo a ficar em uma das portas do SPC anunciando-o aos pedestres por meio de um alto-falante]

A pauperização por conta das condições de trabalho oferecidas pelo shopping popular refletiu também em outros aspectos da vida desses trabalhadores. Percebe-se que a questão da família, seja para prover melhores condições, seja para estar junto a ela, é muito importante para eles.

A gente tem o tempo, mas não tem o dinheiro pra poder sair, pra poder desfrutar o lazer. Se você vai com a família pro Parque Municipal (...) tudo depende do dinheiro e aí você tem que ficar murquinho dentro de casa porque o dinheiro não dá pra sair. [En_01]

Hoje, você trabalha aqui dentro, você tem um fim de semana livre, mas em compensação você não tem o dinheiro pra sair com suas filhas, sair com sua família. [En_02]

Por causa da renda não tem como, o dinheiro não dá. [En_07 ao responder "Você falou antes da conversa que se você tivesse trabalhando na rua estaria fazendo faculdade também. Porque que aqui não dá pra fazer?"]

Não tem como [ter lazer] não. Tem que ficar o dia todo aqui quebrando pedra. [En_07]

Quando eu trabalhava na rua, geralmente, eu fazia minhas viagens aí pro interior, visitar meus parente e tudo. Depois que eu estou aqui ainda num tive essa oportunidade não, estou mais agarrado aqui, na retranca mesmo. [En_10]

Hoje, esses trabalhadores vivem o eterno presente, imobilizados no aqui e agora e desacreditados do futuro. Não é absurdo pensar que a falta de perspectiva profissional, ao acarretar um cotidiano repetitivo, pode transformar-se em uma das causas de comportamentos igualmente repetitivos, como o vício em drogas, sendo a mais comum o álcool.

Sinceramente, o meu pensamento hoje, que a gente não pode pensar muito no dia de amanhã... [En_02]

É um negócio assim bem instável, você não sabe o que pode ser amanhã, hoje eu estou aqui falando com você amanhã eu não sei se vou estar aqui. [En_04]

Se a gente pensa em melhorar, a gente fica com medo de está investindo o dinheiro da gente e não está tendo retorno porque, igual eu te falei, ao mesmo tempo que a gente está aqui, a gente amanhecer e não estar mais. [En_09]

Olha, vinte e cinco anos na rua, você foi tirado da rua, sabe? Sem fazer pesquisa sobre a sua condição física, saúde e tudo, não fizeram nada. Fizeram um sorteio lá de qualquer jeito. Esse é o lado da história, talvez por eu já estar com a idade avançada e tal, eu não vejo uma possibilidade de uma... de ver o outro lado da moeda. [Amigo de En_10]

Além do mais, representando pauperização, o SPC aparece como a tentativa da PBH em destituir esses trabalhadores dos meios de sobrevivência conquistados. Por isso, desconfiam ou percebem interesses escusos nas práticas do poder dito público.

A proposta lá foi feita dessa forma, mas esse povo muda as coisas de acordo com a cabeça deles. [En_01]

Prefeitura é igual candidato, ela promete, promete, mas na hora de assumir tira o dela fora e aí quem que tiver na frente que segura o peso. [En_02]

Ela [a PBH] quer sempre prejudicar a gente. Enquanto tiver as lojas fechadas, o movimento vai cair, aí vai morrendo, morrendo todo mundo até fechar as portas, porque na realidade é o que eles [os governantes] querem. [En_02]

De repente, podem [os governantes] chegar e fechar o shopping, falar "não, o shopping não vai existir mais e cada um se vira" e se eles falar isso quem que vai ser contra se as leis vêm de lá deles? [En_04]

Se a gente não tem condição de pagar os aluguéis, ela [a PBH] vem e lacra, não importa se a gente está desempregado, ou passando dificuldade, então ela não está nem aí. Eu acho que a prefeitura não gosta muito de camelô não. [En_09]

A prefeitura quer ficar é livre mesmo disso, quer que cada um vai deixando. [En_11]

Que chegue uma realidade certa, não pro lado da política, mas que chega pro lado do nosso familiar. Olhar assim de uma maneira certa, séria. [En_10]

A prefeitura transferiu os camelôs para o shopping popular e passou a denominá-los de empreendedores. Pode-se pensar que essa foi uma tentativa de se atribuir novo status a esse tipo de trabalhador. Porém, esses trabalhadores percebem que apenas a mudança no nível do discurso não foi suficiente para alterar-lhes as condições objetivas. Pelo contrário, em muitos casos, piorou-as.

Aqui a gente é contado como um empreendedor, mas a gente está no sangue. É camelô mesmo, eu não deixo de ser, porque minha honra é ser camelô. Porque é o que criou minha família. [En_01]

O nome conclusivo que os clientes falam é camelô até hoje. Eles só apelidaram de empreendedor pra eles arrancar mais dinheiro. Então, quer dizer, eles não estão arrancando dinheiro de camelô é de empreendedor. [En_04]

Me considero um vendedor ambulante, que lojista, eu vou ser sincero, não me considero um lojista não. [En_02]

A diferença [entre camelô e empreendedor] ficou, bem dizer, na palavra. [En_05]

Eu me sinto a mesma pessoa assim, num mudou nada diferente de melhoria. [En_08]

Eu me defino como ex-camelô porque eu era camelô e fui trazida pra cá, porque o camelô de rua não existe mais, não é? A gente, se for falar de empreendedor, empreendedor a gente não é. [En_09]

Contudo, se certa história e necessidade em comuns contribuíram para conformação da identidade do grupo, as condições de trabalho do shopping popular, referente à escassez de clientela, exercem pressão para deturpação desta. Na verdade, vivem uma ambigüidade, pois a realidade do SPC ainda traz certas necessidades em comum, mas, por outro lado, a concorrência obriga-os a ter uma visão muitas vezes individualista.

Aqueles de menos condições, se vendesse o box vendia pra outro que tinha mais condições, o shopping tinha como crescer mais. [En_01]

Eu penso assim, que deve haver uma multa, alguma coisa por deixar fechado [o box] sem avisar, sem notícia. [En_01]

A principal parte aqui pra levantar esse shopping era a prefeitura abrir mão e alugar as lojas vazias, porque tendo lojas vazias o cliente não entra. [En_02]

O que mais tem é olho gordo aqui dentro desse shopping. O povo tem até razão, porque ninguém quase vende, se um está vendendo o outro quer. [En_07]

O que se observa nas falas acima é que a necessidade de sobreviver tende a sobrepujar os valores de comunhão que os trabalhadores mantinham entre si nas ruas.

As duas falas abaixo têm especial interesse, pois tanto En_01 quanto En_02 fizeram questão de se negarem como empreendedor e lojista, respectivamente. No entanto, em outras passagens, inconscientemente assim se referiram a si mesmos.

O empreendedor que trabalha sozinho não tem como ir lá almoçar. [En_01]

Sinceramente, eu sou lojista, mas o que você vai fazer num lugar desse? [En_02]

Como se observa, a transferência para o SPC provocou uma forte transformação na vida dessas pessoas. Apesar de o shopping popular representar avanços com relação ao trabalho pesado das ruas na medida em que oferece aos trabalhadores abrigo às intempéries e um local para guardarem suas mercadorias sem maiores esforços, o "preço" - tensão, pauperização e incerteza - cobrado por essa estrutura, ofusca as referidas vantagens. Em consequência, a percepção sobre esse espaço tende a gerar comportamentos individualistas, o que, por sua vez, acarreta degeneração da identidade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo esperou-se iluminar certas práticas sócio-espaciais relacionadas às noções de identidade e percepção espacial. Com efeito, observamos que a partir de certa relação do sujeito com o espaço conformam-se traços identitários e determinada percepção espacial. Assim, o trabalho nas ruas entendido como uma conquista, e daí um direito, engendrou uma identidade de "lutador" através da relação sujeito-lugar. Essa marca identitária se firmou na medida em que tal conquista se fazia diária, na qual os camelôs mais próximos uns dos outros se apoiavam para garanti-la. As ruas do centro representadas pelo discurso e prática dominantes como um lugar especial para as práticas comerciais, apesar de a representação não ser direcionada aos trabalhadores informais, foram

assim percebidas por eles. A partir do uso, percebidas como o lugar de garantia da sobrevivência.

Então, pode-se dizer que o trabalho nas ruas conquistado com luta fez destas um lugar, no sentido atribuído por Augé (1994), na medida em que os sujeitos mantinham laços identitários, históricos e relacionais com estas. A transferência para o SPC foi uma decisão à revelia dos desejos desses sujeitos, bem como o são as normas estabelecidas. Portanto, a construção desse espaço não está nas mãos dos trabalhadores que ali desenvolvem suas atividades, tornando-se vazio de conteúdo identitário, histórico e relacional para os sujeitos, o que o configura como um não-lugar. O sujeito não se reconhece nele. Com as normas impostas não lhes sobra oportunidade (e mesmo interesse) de transformá-lo em um lugar.

Interessa aqui, nesse momento, breves apontamentos sobre o uso do espaço público. Este, por definição, deve ser de uso coletivo, não cabendo, portanto, sua apropriação por interesses privados, como se pode entender no caso dos camelôs. Contudo, como referido anteriormente, ele não é um espaço qualquer na medida em que se apresenta "como região simbólica da cidade e do estado", recebendo, em nome desse caráter, vultosos investimentos públicos. Retomando considerações passadas, interesses privados usufruem dos resultados desses investimentos no espaço público através da propriedade privada. Não tendo como se instalarem no centro por essa via, os camelôs, periféricos do atual sistema vigente, lutaram para conquistarem o "direito" de usá-lo para seu trabalho. Enfim, o que se defende com a argumentação desenvolvida é que são legítimas as reivindicações desses trabalhadores por melhores (ou pelo menos iguais) condições de trabalho que as que tinham nas ruas, pois os shoppings populares não são um favor ou benefício do poder público. No caso do SPC, tem sido um revés na luta por condições de sobrevivência na cidade capitalista!

Com relação ao estudo especificamente, a mudança espacial pela qual estes sujeitos passaram, isto é, a transferência das ruas para o shopping popular, representa, de certa maneira, um abalo na identidade desses sujeitos na medida em que perderam uma batalha. Diz-se "de certa maneira" porque, afinal, os que ainda lá estão resistem às condições e ainda lutam para se manter, lançando mão inclusive de novas estratégias de sobrevivência. Porém, se antes a luta valia o esforço e o sacrifício atribuídos ao trabalho nas ruas, pois este era compensado por uma vida mais digna, hoje encontram-se em piores condições de vida e em constante tensão decorrente da desproporção entre ganhos e custos. Em conseqüência, vivem imobilizados no presente, descrentes do futuro.

Quanto à percepção que têm do shopping popular, não o vêem como um lugar potencializado para realização do comércio, como ocorre em shoppings criados pela iniciativa privada. Pelo contrário, enxergam ali a tentativa do poder público em destituí-los dos meios de sobrevivência que conquistaram com anos de luta. Até mesmo a estruturação do espaço físico denota isso para eles. Assim, estão igualmente descrentes do poder instituído.

É válido ressaltar uma ironia: a criação de shoppings centers privados nas metrópoles pode ser vista como uma estratégia espacial capitalista para superar os entraves à realização dos lucros decorrentes da saturação, inclusive pela presença de camelôs, das áreas comerciais tradicionais. Tempos depois, os próprios camelôs, um dos motivadores dessa estratégia, são instalados em shoppings populares que nem de longe lembram um propriamente dito. O fato é que os dois tipos de shoppings são estratégias para manter concentradas as riquezas, das quais os camelôs estão excluídos, mais ainda agora.

Por isso, tratam com desdém a alcunha de empreendedor que lhes foi atribuída pela PBH. Empreendedores, no sentido de quem cria um pequeno negócio para trabalhar, eram quando estavam nas ruas. E talvez poderiam continuar sendo se tivessem voz ativa no processo de criação e manutenção do shopping popular.

Outro estudo poderia indicar as artimanhas utilizadas pela PBH para desmobilizar ou impedir a mobilização dos camelôs enquanto grupo de atores reunidos em torno de um projeto, ou seja, identificar quais os pontos fracos ou enfraquecidos pelos quais a prefeitura atuou. Colocando às claras essas artimanhas, se não concerta o que já está feito, pelo menos pode oferecer subsídios para outros grupos ou movimentos sociais resistirem melhor às investidas do poder. Melhor ainda se apontar caminhos para que esses grupos não se entendam como separados uns dos outros, mas como uma classe de explorados que precisa lutar por condições melhores de vida para todos aqueles em igual posição.

Fechamos com a citação de Carlos (2007), já feita no início do artigo, em que ela aponta a necessidade de estudos que não caiam na "armadilha da redução do sentido da cidade àquela de condição da reprodução do capital ou da dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana". Em que pese o texto desenvolvido, pode-se pensar numa articulação dos três "sentidos" fazendo-se uma pequena modificação na citação da autora: a cidade no sentido de condição da reprodução do capital, a partir da dominação do Estado, acarreta o esvaziamento do sentido da vida humana.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. (1987). O contexto Teórico do Desenvolvimento dos Estudos Humanísticos e Perceptivos na Geografia. (pp. 9-20). In: Percepção Ambiental: Contexto Teórico e Aplicações ao Tema Urbano. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Publicação Especial N° 5.
- AUGE, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994, 111p.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 25ªed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.
- CARRIERI, A. P. ; SARAIVA, C. M. ; PAÇO-CUNHA, Elcemir ; MURTA, I. B. D. . Crítica ao Manejo Humano em Belo Horizonte. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2008, Belo Horizonte. Anais do Encontro de Estudos Organizacionais, 2008.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 8.ed. São Paulo: Ática, 2007. 87p.
- KOZEL, Salete. As representações no geográfico. In: Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. MENDONÇA, F. KOZEL, S. (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 215-232.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SOJA, Edward. Uma Interpretação Materialista da Espacialidade. In: Abordagens políticas da espacialidade. BECKER, Bertha K; COSTA, Rogério Haesbaert da; SILVEIRA, Carmen Beatriz. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. 173p.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Redes de ação: uma possibilidade de interpretação da fragmentação intra-urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. 1ª ed. Presidente Prudente: UNESP, 2001, v. 1, p. 127-155.

- _ Lei 3841 de 17 de agosto de 1984.
- _ Ano X - Edição N.: 2035. 14 de Janeiro de 2004.
- _ Ano IX - Edição N.: 1910. 15 de Julho de 2003.
- _ Ex-camelô que "perdeu" seu box no SPC. Durante a entrevista de En_11 foi lhe fazer uma visita.
- _ Ex-camelô que "perdeu" seu box no SPC. Estava presente durante a entrevista de En_10.